

8 — Formalização de candidaturas: Através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura, disponível nos serviços administrativos da Freguesia, que deverá ser dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia.

8.1 — Só é admissível a apresentação de candidatura em suporte de papel;

8.2 — A entrega da candidatura poderá ser efectuada pessoalmente nos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia, sito no Largo das Rodas, durante as horas normais de expediente (9H30 às 12H30/ 14h30 às 18H30) ou remetido pelo correio, sob registo com aviso de recepção, para a Junta de Freguesia de Fão, Largo das Rodas, 4740-331 Fão, até ao termo do prazo fixado, contando para este efeito a data de registo;

8.3 — Deverá, obrigatoriamente, ser acompanhada dos seguintes documentos:

8.3.1 — Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;

8.3.2 — Comprovativos das acções de formação frequentadas e relacionadas com o posto de trabalho, bem como da experiência profissional que detenham;

8.3.3 — Quando aplicável, declaração emitida pelo Serviço a que o candidato pertence, devidamente actualizada, da qual conste a modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, o tempo de execução das actividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, bem como a avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos das alíneas c) e d) do n.º 2 do art. 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01;

8.3.4 — Quando aplicável, declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afecto, devidamente actualizada, da qual conste a actividade que se encontra a exercer, bem como da carreira e categoria de que seja titular, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado;

8.3.5 — Currículo detalhado, datado e assinado, acompanhado de fotografia;

8.3.6 — Avaliação de desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11.º da mesma Portaria;

9 — Quotas de Emprego (n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3/2): o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal;

9.1 — Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos do diploma supra mencionado.

10 — Métodos de Selecção: os métodos a aplicar obedecem ao disposto nos 1 a 3 do art. 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02;

10.1 — Métodos obrigatórios, Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP); e método complementar, Entrevista Profissional de Selecção (EPS)

10.1.1 — Para candidatos nas condições do n.º 2 do mesmo artigo 53.º, os métodos a aplicar, caso não tenham exercido a opção pelos métodos anteriores, por escrito, de acordo com a primeira parte desta norma, serão a Avaliação Curricular (AC), Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), e Entrevista Profissional de Selecção (EPS);

10.1.2 — A prova de conhecimentos, terá a natureza prática e forma escrita, em suporte papel, sem consulta, e terá a duração de 30 minutos, incidindo sobre as seguintes temáticas:

Compreensão da tarefa a executar;  
Qualidade de realização;  
Celeridade na execução e grau de conhecimentos técnicos demonstrados;  
Simulação de limpeza de soalhos, vidros e mobiliário.

10.1.3 — A avaliação psicológica será aplicada por entidade externa.

10.2 — A valoração dos métodos referidos será convertida numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas de ordenação final:

$$OF = 0,4 PC + 0,3 AP + 0,3 EPS$$

ou

$$OF = 0,4 AC + 0,3 EAC + 0,3 EPS$$

em que:

OF = Ordenação Final;  
PC = Provas de conhecimentos;  
AP = Avaliação psicológica;  
AC = Avaliação Curricular;  
EAC = Entrevista de avaliação de competências;  
EPS = Entrevista Profissional de Selecção.

11 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão actualizadas aos candidatos sempre que solicitadas;

12 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada em “serviços online/concursos/pessoal”, em [www.jf-fao.pt](http://www.jf-fao.pt).

13 — Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da referida portaria;

14 — Os métodos são eliminatórios, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, não sendo convocados para o método seguinte;

15 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3 para a realização da audiência dos interessados;

16 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e às exclusões ocorridas na sequência dos métodos de selecção, é aplicável o n.º 1 do artigo 30.º

A lista unitária, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da Freguesia e disponibilizada na respectiva página electrónica;

17 — Júris dos procedimentos:

Presidente: Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Esposende, Dr.ª Carla Manuela Brito da Silva Dias.

Vogais efectivos:

Assistente Técnica, Maria Manuela Belo Lopes, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Assistente Técnica, Odete Andrade Garcês.

Vogais suplentes:

Assistente Técnica, Elisabete Maria da Silva Patrão Maranhão.

Assistente Técnico, António Manuel Cepa da Silva.

Junta de Freguesia de Fão 21 de Maio de 2010. — O Presidente da Freguesia, *Luís António Sequeira Peixoto*.

303301862

## FREGUESIA DE FÁTIMA

### Aviso n.º 11084/2010

#### **Procedimentos concursais comuns de recrutamento para ocupação de 3 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para assistentes operacionais e assistente técnico.**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), e artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz-se público que, por aprovação em minuta da Assembleia de Freguesia de Fátima em 30/04/2010, se encontra aberto 3 procedimentos concursais comuns, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, pelo período de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de três postos de trabalho, na carreira/categoria de Assistente Operacional e carreira/categoria de Assistente Técnico, caracterizados no mapa de pessoal da Junta de Freguesia de Fátima, que a seguir se indicam:

Procedimento A: 1 posto de trabalho de Assistente Operacional — execução de todo o processo relacionado com funerais, manutenção dos cemitérios da Freguesia

Procedimento B: 1 posto de trabalho de Assistente Operacional — Serviço de limpeza de bermas e valetas em ruas, estradas e caminhos, manutenção da frota de veículos e máquinas necessárias ao serviço.

Procedimento C: 1 posto de trabalho de Assistente Técnico — a exercer funções de Técnico Profissional de BAD, para além das funções administrativas da secretaria.

2 — Os procedimentos, a que alude o n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, foram dispensados face ao entendimento divulgado pela DGAEP.

3 — Para cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

4 — Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade da Junta de Fre-

guesia e a urgência da contratação, foi autorizado, no meu Despacho referido no ponto número um, que o acto seja único, sem prejuízo de serem observadas as injunções decorrentes do disposto nos n.ºs 3 a 7 do citado artigo 6.º, bem como do cumprimento do preceituado no artigo 54.º da mesma lei.

5 — Nos termos da alínea *l*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal desta Junta de Freguesia, idênticos ao posto de trabalho, para cuja ocupação se publicita o presente procedimento concursal.

6 — Prazo de validade: o procedimento concursal cessa nos termos do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

7 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

8 — Local de trabalho: o local de trabalho será na área da Freguesia de Fátima.

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — A Constituição da relação jurídica de emprego público depende da reunião dos seguintes requisitos gerais, definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatórias.

9.2 — Os candidatos devem ser titulares da escolaridade obrigatória.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, o qual estará disponível na Secretaria da Junta de Freguesia de Fátima.

10.3 — Apresentação das candidaturas: as candidaturas têm de ser obrigatoriamente apresentadas em suporte de papel, pessoalmente na secretaria da Junta de Freguesia, sendo entregue recibo, ou remetidos por correio registado, com aviso de recepção, para Junta de Freguesia de Fátima, Apartado 83, 2496-908 Fátima, até à data limite fixada no ponto 10.1, conforme previsto no n.º 2 do artigo 27.º da referida portaria.

10.4 — Instrução das candidaturas: Conforme previsto no artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, as candidaturas, para além do formulário tipo, já mencionado, devem ser acompanhadas de cópias do certificado de habilitações, bilhete de identidade ou cartão do cidadão, número de contribuinte, currículo e, ainda, se for o caso, da declaração de vínculo de emprego público, os quais, caso não sejam entregues, determinarão a exclusão do candidato. Deverão ser, igualmente, anexados documentos comprovativos das habilitações profissionais (formação e ou experiência profissional), salvo se se tratar de trabalhadores em exercício de funções na Junta de Freguesia de Fátima, que expressamente o referiram no formulário de candidatura, que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual quando a falta desses documentos impossibilitarem a admissão ou avaliação.

11 — Acesso às actas: os candidatos têm acesso às actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que o solicitem.

11.1 — A avaliação curricular incidente visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida, sendo valorada nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da já referida Portaria n.º 83-A/2009;

11.2 — A entrevista de avaliação de competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, sendo valorada nos termos do n.º 5 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009.

12 — Ordenação final: a ordenação final dos candidatos cumprirá o previsto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (primeiros os candidatos colocados em mobilidade especial

e, esgotados estes, os restantes candidatos), e é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, conforme artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009.

13 — Em caso de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adoptar serão os previstos no artigo 35.º da referida Portaria n.º 83-A/2009.

14 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a*) a *d*) no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria em causa, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

15 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria acima referida e por uma das formas mencionadas no n.º 3 do artigo 30.º da mesma Portaria.

16 — A publicitação dos resultados será efectuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada no placard da Secretaria da Junta de Freguesia de Fátima e disponibilizada na página electrónica da Junta.

17 — Composição do Júri:

Presidente do Júri: Natálio de Oliveira Reis, Presidente da Junta, sendo substituído nas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo;

Vogais efectivos: José Manuel Dias Poças das Neves, Secretário da Junta, e Humberto António Figueira da Silva, Vogal da Junta;

Vogais suplentes: António Jorge Neves Oliveira, Tesoureiro da Junta, e David Pereira Fialho, Vogal da Junta.

18 — Posicionamento remuneratório: nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e ainda conforme a Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Fátima, 11 de Maio de 2010. — O Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, *Natálio de Oliveira Reis*.

303287794

## FREGUESIA DE FERREIRA DO ALENTEJO

### Aviso n.º 11085/2010

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, a seguir discriminada, do candidato aprovado no procedimento concursal de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho de assistente operacional, aberto por aviso n.º 6156/2010, publicado no 2.ª série do *Diário da República* n.º 58, de 24 de Março de 2010, a qual foi homologada por deliberação extraordinária da Junta de Freguesia de 21 de Maio de 2010.

Candidato aprovado:

João Filipe Fezes Lota — 14,50 valores.

Para os efeitos consignados no n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, encontra-se disponível nos serviços da Freguesia.

Ferreira Alentejo, 26 de Maio de 2010. — O Presidente da Junta de Freguesia, *José João Cavaco*

303309752

### Declaração de rectificação n.º 1073/2010

Para os devidos efeitos se torna público que o aviso, desta Freguesia, n.º 6156/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 23 de Março de 2010, saiu com inexactidão. Assim, no n.º 15, rectifica-se que onde se lê «a classificação final resulta da seguinte fórmula» deve ler-se «a classificação final resulta da seguinte fórmula:  $CF = 70\%(PCE) + 30\%(EPS)$ ».

10 de Maio de 2010. — O Presidente, *José João Cavaco*.

303309574